

Colégio
M0001Sala
0001Ordem
0001

Outubro/2023

Concurso Público para o Provimento de Cargos de Técnico Judiciário – Área Administrativa

Nome do Candidato

Caderno de Prova '109', Tipo 004

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-004

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA**Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação**

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

A suprema felicidade da vida é ter a convicção de que somos amados.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde à sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D, E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) ● (D) ● (E) ●
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever a sua Prova Discursiva-Redação a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos, para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: Leia a crônica de Paulo Mendes Campos, para responder às questões de números 1 a 10.

1. Os paroquianos estranharam que, apesar de tão moço, o vigário novo fosse a tal ponto reservado, só falando o indispensável, sempre com a batina lambuzada de terra ou de tinta, às voltas com os reparos materiais da igreja. Com o tempo, acreditou-se, o sacerdote se faria amigo pelo menos das pessoas mais importantes do lugar, o prefeito, o presidente da Câmara, os representantes da Justiça, o médico, dois ou três fazendeiros, o farmacêutico. Na porta do estabelecimento deste último é que se discutia a personalidade do vigário, formando-se um grupo contra e outro a favor.

2. – Parece que ele até faz pouco-caso da gente.

3. – Nunca vi um sujeito de cara tão amarrada.

4. Os simpatizantes pegavam pelo aspecto mais evidente do padre.

5. – Mas que homem danado de trabalhador!

6. E o padre, sem dar mostras de perceber o pasmo da cidade, sempre com suas ferramentas, ativo e suarento. Uma notícia, entretanto, deu aos munícipes a impressão de que iria começar o degelo, isto é, o vigário passaria a ter um contato mais direto e caloroso com o povo e os interesses locais. Ele procurara o prefeito e os vereadores para pleitear um cemitério novo; o velho, nos fundos da casa paroquial, estava mesmo impraticável. Foi um alívio. Enfim, o padre tomara uma atitude perfeitamente normal, uma atitude que o incorporava à comunidade.

7. – Eu não dizia – exclamava o farmacêutico –, eu apostava que o homem quer é trabalhar por nós. Francamente, este cemitério é indigno do progresso da cidade. A gente aqui nem pode morrer por falta de lugar.

8. Com o entusiasmo, a Câmara votou uma verba especial para a aquisição de um terreno e benfeitorias adequadas. E não demorou que o novo campo-santo, depois de abençoado, fosse inaugurado com um discurso, no qual o prefeito apelava para os céus: aprovesse a Deus que jamais um corpo inânime viesse a transpor os umbrais daquela necrópole. Seis dias depois, entretanto, um corpo inânime transpunha os umbrais daquela necrópole: Deus, de repente, chamara o farmacêutico.

9. O vigário, realizada a sua única aspiração, passou a desaparecer por longas horas do dia; fora dos ofícios religiosos, raramente era visto, inquietando ainda mais os habitantes. Uma tarde, a bomba estourou: a viúva do coronel Inácio, indo levar flores à campa do falecido, no velho cemitério, descobriu a verdade macabra, a paisagem inacreditável: o antigo cemitério da cidade transformara-se escandalosamente numa horta. O estupor e a revolta não tiveram limites. Depois de muitos debates, uma comissão foi encarregada de levar ao vigário um pedido enérgico: aquilo não podia continuar, ali repousavam os entes queridos de todas as famílias da cidade: e estas esperavam que o senhor vigário arrancasse sem mais demora todos os pés de hortaliças. O vigário respondeu que não via matéria de escândalo, citou um versículo do Antigo Testamento e despediu a todos com impaciência.

10. Foi aí que os homens válidos, pedindo a compreensão de Deus, resolveram invadir o cemitério, munidos de enxadas, facas e varapaus, para acabar com a horta que já não deixava ninguém dormir em paz, nem os mortos, nem os vivos. Pois, quando se aproximaram do cemitério, foram barrados pelo cano da espingarda do vigário: ali ninguém entrava vivo. Os homens voltaram desapontados e tornaram a discutir o impasse. Alguém então teve a ideia de se levar uma denúncia ao bispo da diocese. Uma semana depois, o padre embarcava numa jardineira com a mala, a espingarda e a cara amarrada. A população toda, depois de decidir que as hortaliças seriam destruídas, e não doadas aos pobres, entrou com o máximo respeito no velho cemitério e devastou a bela plantação.

(Adaptado de: CAMPOS, Paulo Mendes. **Balé do pato e outras crônicas**. São Paulo: Ática, 2012)

1. O cronista recorre à figura de linguagem conhecida como eufemismo em:

(A) O estupor e a revolta não tiveram limites. (9^o parágrafo)

(B) Alguém então teve a ideia de se levar uma denúncia ao bispo da diocese. (10^o parágrafo)

(C) Francamente, este cemitério é indigno do progresso da cidade. (7^o parágrafo)

(D) Deus, de repente, chamara o farmacêutico. (8^o parágrafo)

(E) o antigo cemitério da cidade transformara-se escandalosamente numa horta. (9^o parágrafo)

2. Está empregado em sentido figurado o termo sublinhado em:

(A) perceber o pasmo da cidade (6^o parágrafo)

(B) não via matéria de escândalo (9^o parágrafo)

(C) iria começar o degelo (6^o parágrafo)

(D) fosse inaugurado com um discurso (8^o parágrafo)

(E) se discutia a personalidade do vigário (1^o parágrafo)



3. "Expressão expletiva é uma expressão que não exerce função sintática". (Evanildo Bechara. *Moderna gramática portuguesa*, 2009. Adaptado)

Constitui uma expressão expletiva a expressão sublinhada em:

- (A) Enfim, o padre tomara uma atitude perfeitamente normal. (6^a parágrafo)
 (B) estas esperavam que o senhor vigário arrancasse sem mais demora todos os pés de hortaliças. (9^a parágrafo)
 (C) Deus, de repente, chamara o farmacêutico. (8^a parágrafo)
 (D) Parece que ele até faz pouco-caso da gente. (2^a parágrafo)
 (E) Na porta do estabelecimento deste último é que se discutia a personalidade do vigário. (1^a parágrafo)
4. Com o tempo, acreditou-se, o sacerdote se faria amigo pelo menos das pessoas mais importantes do lugar, o prefeito, o presidente da Câmara, os representantes da Justiça, o médico, dois ou três fazendeiros, o farmacêutico. Na porta do estabelecimento deste último é que se discutia a personalidade do vigário, formando-se um grupo contra e outro a favor. (1^a parágrafo)
- Para evitar a sua repetição, garantindo assim uma maior coesão textual, omite-se no trecho acima o substantivo
- (A) lugar.
 (B) grupo.
 (C) estabelecimento.
 (D) tempo.
 (E) pessoas.

5. Retoma um termo mencionado anteriormente no texto a palavra sublinhada em:

- (A) eu apostava que o homem quer é trabalhar por nós.
 (B) estas esperavam que o senhor vigário arrancasse sem mais demora todos os pés de hortaliças.
 (C) – Parece que ele até faz pouco-caso da gente.
 (D) Os paroquianos estranharam que, apesar de tão moço, o vigário novo fosse a tal ponto reservado.
 (E) o padre tomara uma atitude perfeitamente normal, uma atitude que o incorporava à comunidade.
6. Uma notícia, entretanto, deu aos munícipes a impressão de que iria começar o degelo, isto é, o vigário passaria a ter um contato mais direto e caloroso com o povo e os interesses locais. Ele procurara o prefeito e os vereadores para pleitear um cemitério novo; o velho, nos fundos da casa paroquial, estava mesmo impraticável. (6^a parágrafo)

No trecho acima, o cronista relata uma série de fatos ocorridos no passado. Um fato anterior a esse tempo passado está indicado pela seguinte forma verbal:

- (A) procurara
 (B) pleitear
 (C) passaria
 (D) deu
 (E) iria
7. O vigário respondeu que não via matéria de escândalo (9^a parágrafo)
- Transpondo o trecho acima para o discurso direto, o verbo da fala do vigário assume a seguinte forma:
- (A) veria
 (B) viu
 (C) vejo
 (D) vira
 (E) vi

8. Uma notícia, entretanto, deu aos munícipes a impressão de que iria começar o degelo, isto é, o vigário passaria a ter um contato mais direto e caloroso com o povo e os interesses locais. (6^a parágrafo)

No contexto em que se insere, a locução sublinhada introduz uma

- (A) objeção.
 (B) explicação.
 (C) comparação.
 (D) conclusão.
 (E) consequência.
9. Pode ser transposto para a voz passiva o seguinte trecho da crônica:
- (A) ali ninguém entrava vivo.
 (B) Os homens voltaram desapontados.
 (C) Os simpatizantes pegavam pelo aspecto mais evidente do padre.
 (D) Deus, de repente, chamara o farmacêutico.
 (E) Francamente, este cemitério é indigno do progresso da cidade.

10. Em O vigário, realizada a sua única aspiração, passou a desaparecer por longas horas do dia, a oração sublinhada expressa ideia de

- (A) tempo.
 (B) proporção.
 (C) concessão.
 (D) condição.
 (E) finalidade.

**Matemática e Raciocínio Lógico**

11. A diferença entre a soma dos dez primeiros múltiplos de 10 e a soma dos dez primeiros múltiplos de 9 é
- (A) 18
(B) 60
(C) 9
(D) 55
(E) 35
-
12. Em um restaurante, a entrada custa R\$ 24,00, o prato principal custa R\$ 46,00 e a sobremesa R\$ 20,00. De segunda a quinta-feira, a entrada tem um desconto de 50% e a sobremesa tem um desconto de 10%. Nas sextas, sábados e domingos, não há descontos. O valor médio semanal gasto por uma pessoa que almoça todos os dias nesse restaurante, e que sempre pede o menu completo, é
- (A) R\$ 79,00
(B) R\$ 83,00
(C) R\$ 82,00
(D) R\$ 81,00
(E) R\$ 78,00
-
13. Em uma caixa há 50 fitas, que podem ser brancas, azuis ou vermelhas. O número de fitas brancas é onze vezes o número de fitas azuis. Há menos fitas vermelhas do que brancas, mas há mais fitas vermelhas do que azuis. O número de fitas vermelhas é
- (A) 14
(B) 12
(C) 21
(D) 20
(E) 16
-
14. Em um programa de perguntas e respostas, os participantes começam com R\$ 1.000,00 e devem responder 10 perguntas. Cada vez que o participante acerta, ele recebe R\$ 100,00 e, cada vez que erra, ele perde R\$ 100,00. Maria finalizou sua participação com R\$ 1.400,00. O número de questões que ela acertou foi
- (A) 8
(B) 5
(C) 4
(D) 6
(E) 7
-
15. Mário, Nicolas e Otávio têm juntos 15 carrinhos. Otávio é quem tem menos carrinhos e Mário tem um carrinho a mais do que Nicolas. Todos possuem pelo menos um carrinho. É correto afirmar que
- (A) Otávio tem 3 carrinhos.
(B) Otávio tem um número par de carrinhos.
(C) Nicolas tem cinco carrinhos.
(D) Nicolas tem um número ímpar de carrinhos.
(E) Mário tem 6 carrinhos.

**Legislação**

16. Nos termos previstos na Lei nº 8.112/1990, considere que o recebimento de adicional se deve da seguinte forma:

Servidor 1: Pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas.

Servidor 2: Pela prestação de serviço extraordinário.

Servidor 3: Pelo serviço noturno prestado em horário compreendido entre 22 horas de um dia e 5 horas do dia seguinte.

Nenhum servidor poderá perceber, mensalmente, a título de remuneração, importância superior à soma dos valores percebidos como remuneração, em espécie, a qualquer título, no âmbito dos respectivos Poderes, pelos Ministros de Estado, por membros do Congresso Nacional e Ministros do Supremo Tribunal Federal. Todavia, esse mesmo ordenamento legal prevê que são excluídas desse teto de remuneração as vantagens recebidas pelo(s) servidor(es)

- (A) 1, 2 e 3.
- (B) 2 e 3, apenas.
- (C) 1 e 3, apenas.
- (D) 2, apenas.
- (E) 1 e 2, apenas.

17. Os servidores de um Tribunal Regional do Trabalho participaram de curso relacionado ao atendimento dos regramentos previstos na Resolução nº 400/2021 do CNJ, que dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário. Naquela ocasião, foi enfatizado que assessorar o planejamento, a implementação, o monitoramento de metas anuais e a avaliação de indicadores de desempenho para o cumprimento dessa Resolução cabe

- (A) à Comissão Sustentável Permanente.
- (B) à Unidade de Sustentabilidade.
- (C) à Comissão de Eficiência Ambiental.
- (D) ao Grupo Logístico Compartilhado.
- (E) ao Conselho Gestor Administrativo.

18. Acerca das Seções Especializadas, o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região dispõe que

- (A) o Desembargador do Trabalho que presidir a sessão da Seção Especializada deve votar em todos os casos.
- (B) não há possibilidade regimental de mudança, após escolhida a Seção Especializada que o Desembargador do Trabalho participará.
- (C) o Tribunal possui duas Seções Especializadas, constituídas pelo mesmo número de membros.
- (D) a escolha da Seção Especializada que cada Desembargador do Trabalho participará cabe ao Presidente do Tribunal.
- (E) o Juiz convocado para substituir, temporariamente, no Tribunal, participará da composição da Seção em que o Desembargador do Trabalho substituído tiver assento.

19. No que diz respeito à distribuição de processos, o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região estabelece que

- (A) os processos de competência originária do Tribunal Pleno e das Seções Especializadas serão distribuídos semanalmente, em dias designados pelo Presidente.
- (B) a distribuição de processos recursais, reexame necessário ou originários não torna preventos o Órgão Julgador e o Relator.
- (C) poderá ser pública ou sob sigilo de justiça.
- (D) será feita mediante sorteio eletrônico em cada classe, por processo e por cadeira, a cada Desembargador do Trabalho ou seu Substituto, sendo as situações excepcionais decididas pelo Presidente.
- (E) os processos de competência recursal, inclusive os feitos de rito sumaríssimo, serão distribuídos diariamente e logo após o seu recebimento.

20. A Lei nº 8.112/1990 veda ao servidor, em estágio probatório, a concessão de licença

- (A) para o serviço militar.
- (B) para atividade política.
- (C) para tratar de interesses particulares.
- (D) por motivo de doença em pessoa da família.
- (E) por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito Constitucional**

21. Flávio não paga, há 2 meses, pensão alimentícia fixada em juízo para seu filho, menor de idade. Laila, sua atual esposa, possui uma dívida civil, em razão de não ter pagado alguns produtos alimentícios que adquiriu no supermercado, sem qualquer justificativa. De acordo com a Constituição Federal, a prisão civil, por esses motivos, será possível para
- (A) Flávio, apenas, desde que o inadimplemento seja voluntário e inescusável.
 - (B) Laila, apenas, independentemente do inadimplemento ser voluntário ou inescusável, por expressa disposição constitucional.
 - (C) Flávio, apenas, independentemente do inadimplemento ser voluntário ou inescusável, pois se trata de sobrevivência de filho menor de idade.
 - (D) Flávio e Laila, tendo em vista a possibilidade de prisão civil apenas nesses dois casos.
 - (E) Laila, apenas, porque o inadimplemento é voluntário e inescusável.
22. Carlos, bacharel em direito, possui 4 anos de atividade jurídica e gostaria de ingressar na carreira da magistratura como juiz de primeiro grau. Em conformidade com a Constituição Federal, nessa situação, Carlos
- (A) não poderá ingressar na carreira, cujo cargo inicial seria o de juiz titular, mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil apenas na primeira fase, pois é obrigatório, no mínimo, 5 anos de atividade jurídica.
 - (B) poderá ingressar na carreira, cujo cargo inicial será o de juiz substituto, mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil apenas na primeira fase e, sendo aprovado, gozará, dentre outras, da garantia da vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após, pelo menos, 5 anos de exercício.
 - (C) não poderá ingressar na carreira, cujo cargo inicial seria o de juiz substituto, mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as fases, pois é obrigatório, no mínimo, 5 anos de atividade jurídica.
 - (D) poderá ingressar na carreira, cujo cargo inicial será o de juiz titular, mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil apenas na primeira fase e, sendo aprovado, gozará, dentre outras, da garantia da vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após, pelo menos, 3 anos de exercício.
 - (E) poderá ingressar na carreira, cujo cargo inicial será o de juiz substituto, mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as fases e, sendo aprovado e nomeado, gozará, dentre outras, da garantia da vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após 2 anos de exercício.

23. Considere as seguintes assertivas:

- I. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos na Constituição Federal.
- II. São de iniciativa privativa do Presidente da República, dentre outras, as leis que disponham sobre criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração.
- III. É permitida a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa a direitos políticos.
- IV. Se a medida provisória não for apreciada em até trinta dias contados de sua publicação, entrará em regime de urgência, subsequentemente, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando.

Em conformidade com a Constituição Federal, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III e IV.
 - (B) I e II.
 - (C) II e IV.
 - (D) I, II e III.
 - (E) I, III e IV.
24. Maria Júlia é servidora pública concursada da administração direta, onde exerce função pública, e pretende se candidatar ao cargo de Vereadora nas próximas eleições. Considerando apenas as informações fornecidas, nessa situação, em conformidade com a Constituição Federal, caso Maria Júlia seja eleita, investida no mandato de Vereadora,
- (A) havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de sua função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, observado o disposto quanto à remuneração na Constituição Federal e, não havendo compatibilidade, será afastada da função, sendo remunerada, obrigatoriamente, apenas com relação ao cargo eletivo.
 - (B) ficará afastada de sua função, independentemente de haver compatibilidade de horários, percebendo, obrigatoriamente, apenas a remuneração referente à função pública e não a do cargo eletivo.
 - (C) ficará afastada de sua função, independentemente de haver compatibilidade de horários, sendo remunerada, obrigatoriamente, apenas pelo exercício do cargo eletivo.
 - (D) havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de sua função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, observado o disposto quanto à remuneração na Constituição Federal e, não havendo compatibilidade, será afastada da função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
 - (E) ficará afastada de sua função, independentemente de haver compatibilidade de horários, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.



25. Com relação à Justiça do Trabalho, de acordo com a Constituição Federal, é correto afirmar:
- (A) Não é de sua competência processar e julgar as ações sobre representação sindical, entre sindicatos e trabalhadores e entre sindicatos e empregadores.
 - (B) Ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho cabe exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema, cujas decisões terão efeito vinculante.
 - (C) Recusando-se todas as partes à negociação coletiva, é facultado às mesmas ajuizar dissídio coletivo de natureza econômica, podendo a Justiça do Trabalho decidir o conflito, sem necessidade de observar as disposições convencionadas anteriormente.
 - (D) São seus órgãos: o Tribunal Superior do Trabalho, os Tribunais Regionais do Trabalho, os Juizes do Trabalho e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho.
 - (E) A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho funciona junto aos Tribunais Regionais do Trabalho, cabendo-lhe regulamentar os cursos oficiais para o ingresso e promoção na carreira.
-
26. Sandra é trabalhadora rural e seu marido, Oscar, é empregado de uma empresa privada, possuindo seguro contra acidente de trabalho, a cargo do seu empregador. Oscar sofreu um acidente de trabalho e Sandra, preocupada com as despesas relacionadas à recuperação de seu marido, deseja realizar horas extras. Considerando apenas as informações fornecidas, de acordo com a Constituição Federal, caso Sandra realize serviço extraordinário, a remuneração desse serviço deverá ser superior, no
- (A) mínimo, em 50% à do normal e Oscar terá direito à indenização a ser paga por seu empregador apenas se esse empregador tiver incorrido em dolo.
 - (B) máximo, em 50% à do normal e Oscar não terá direito à indenização a ser paga por seu empregador, independentemente de ter esse empregador incorrido em dolo ou culpa, porque possui seguro contra acidente de trabalho.
 - (C) mínimo, em 50% à do normal e Oscar terá direito à indenização a ser paga por seu empregador se esse empregador tiver incorrido em dolo ou culpa.
 - (D) mínimo, em 50% à do normal e Oscar não terá direito à indenização a ser paga por seu empregador, independentemente de ter esse empregador incorrido em dolo ou culpa, porque possui seguro contra acidente de trabalho.
 - (E) máximo, em 50% à do normal e Oscar terá direito à indenização a ser paga por seu empregador se esse empregador tiver incorrido em dolo ou culpa.
-
27. Renata é brasileira nata e entende que tem direito à nacionalidade originária italiana. Ana é brasileira naturalizada e praticou atividade nociva ao interesse nacional. De acordo com a Constituição Federal, se, nessa situação, Renata pleitear e obtiver o reconhecimento da nacionalidade italiana pela lei italiana,
- (A) não perderá a nacionalidade brasileira e Ana a perderá, após ter cancelada sua naturalização por sentença judicial, em virtude da atividade nociva ao interesse nacional praticada.
 - (B) perderá a nacionalidade brasileira e Ana também a perderá após ter cancelada sua naturalização administrativamente ou por sentença judicial, em virtude da atividade nociva ao interesse nacional praticada.
 - (C) não perderá a nacionalidade brasileira e Ana a perderá, após ter cancelada sua naturalização automaticamente, sem necessidade de sentença judicial, em virtude da atividade nociva ao interesse nacional praticada.
 - (D) perderá a nacionalidade brasileira por ter adquirido outra nacionalidade e Ana não a perderá.
 - (E) perderá a nacionalidade brasileira por ter adquirido outra nacionalidade e Ana também a perderá após ter cancelada sua naturalização por sentença judicial, em virtude da atividade nociva ao interesse nacional praticada.
-
28. Considere a situação hipotética em que Elídio, 23 anos de idade, que acabou de ser eleito Prefeito de determinada cidade de Santa Catarina, queira se candidatar a Governador desse Estado no pleito que ocorrerá 2 anos após sua eleição como Prefeito. Nesse caso, de acordo com a Constituição Federal, Elídio
- (A) poderá se candidatar ao cargo que pretende, apenas após ter cumprido o seu mandato como Prefeito, sendo necessário ter, pelo menos, 35 anos para o exercício do cargo de Governador de Estado.
 - (B) poderá se candidatar ao cargo que pretende, desde que renuncie ao seu mandato de Prefeito até 4 meses antes do pleito.
 - (C) não poderá se candidatar ao cargo que pretende, em razão da sua idade.
 - (D) poderá se candidatar ao cargo que pretende, desde que renuncie ao seu mandato de Prefeito até 6 meses antes do pleito.
 - (E) não poderá se candidatar ao cargo que pretende, tendo em vista que a cidade onde exerce seu mandato encontra-se no mesmo território de jurisdição do Governador de Estado.

Noções de Direito Administrativo

29. Nos termos da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992 com redação dada pela Lei nº 14.230/2021), a mera nomeação ou indicação política por parte dos detentores de mandatos eletivos,
- (A) não configurará improbidade administrativa, sendo necessária a aferição de dolo, que poderá ser específico ou genérico, isto é, bastará a vontade de praticar a conduta típica, mesmo que ausente finalidade ilícita por parte do agente.
 - (B) configurará improbidade administrativa, não se exigindo qualquer outro requisito legal.
 - (C) não configurará improbidade administrativa, independentemente da aferição de qualquer outra circunstância, vez que a Lei de Improbidade prevê expressamente tal conduta como atípica.
 - (D) configurará improbidade administrativa se demonstrada a ocorrência de lesão aos cofres públicos, pois na hipótese narrada, a Lei de Improbidade exige prejuízo ao erário, independentemente da demonstração do elemento subjetivo, isto é, de dolo ou culpa na conduta do agente.
 - (E) não configurará improbidade administrativa, sendo necessária a aferição de dolo com finalidade ilícita por parte do agente.



30. Dentre as assertivas a seguir, NÃO constitui característica das autarquias o que consta em:
- (A) São criadas por lei.
 - (B) Possuem responsabilidade civil objetiva, isto é, se um fato administrativo delas originário provocar prejuízos a terceiro mesmo que não se identifique culpa individual do agente autárquico, tem o prejudicado direito à reparação dos prejuízos.
 - (C) Executam atividades típicas da Administração Pública, que requerem, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira centralizada.
 - (D) Trata-se de pessoas jurídicas de direito público integrantes da Administração indireta.
 - (E) Estão sujeitas a controle administrativo, indispensável para assegurar que não se desviem de seus fins institucionais.
-
31. Nos termos da Lei nº 13.869/2019 (Lei de Abuso de Autoridade), considere:
- I. A Lei de Abuso de Autoridade define os crimes de abuso de autoridade, cometidos por agente público, servidor ou não, que, no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las, abuse do poder que lhe tenha sido atribuído.
 - II. As notícias de crimes previstos na Lei de Abuso de Autoridade que descreverem falta funcional prescindem de remessa à autoridade competente para eventual apuração, sob pena de *bis in idem*.
 - III. Os crimes previstos na Lei de Abuso de Autoridade são de ação penal pública incondicionada. No entanto, admite-se ação penal privada subsidiária se a ação penal pública não for intentada no prazo legal, devendo ser exercida no prazo de 6 meses, contado da data em que se esgotar o prazo para o oferecimento da denúncia.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) III.
 - (B) I e II.
 - (C) I e III.
 - (D) I.
 - (E) II.
-
32. Ronaldo é servidor público federal e está em débito com o erário. Se Ronaldo for demitido, terá determinado prazo para quitar o débito, tendo em vista que a não quitação no prazo previsto em lei implicará sua inscrição em dívida ativa. Nos termos da Lei nº 8.112/1990, o prazo em questão é de
- (A) 60 dias.
 - (B) 90 dias.
 - (C) 120 dias.
 - (D) 6 meses.
 - (E) 1 ano.
-
33. Nos termos da Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, considere:
- I. Inexistindo disposição específica, os atos do órgão ou autoridade responsável pelo processo e dos administrados que dele participem devem ser praticados no prazo de cinco dias, salvo motivo de força maior. O aludido prazo poderá ser dilatado até trinta dias, mediante comprovada justificação.
 - II. Os atos do processo administrativo devem realizar-se obrigatoriamente na sede do órgão, sob pena de afronta aos direitos dos administrados de acompanharem o exercício da atividade administrativa.
 - III. Serão concluídos depois do horário normal de funcionamento da repartição na qual tramitar o processo os atos já iniciados, cujo adiamento prejudique o curso regular do procedimento ou cause dano ao interessado ou à Administração.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
 - (B) III.
 - (C) I e III.
 - (D) I.
 - (E) II.
-
34. Determinada Prefeitura realizará licitação na modalidade leilão e tal certame será efetuado por intermédio de leiloeiro oficial. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, esse leiloeiro deverá ser selecionado pela Administração mediante credenciamento ou licitação, cumpridos os requisitos legais, na modalidade
- (A) tomada de preços.
 - (B) concorrência.
 - (C) convite.
 - (D) concurso.
 - (E) pregão.



35. Considere:

- I. Senado Federal.
- II. Tribunais de Justiça.
- III. Chefia do Poder Executivo.
- IV. Ministério do Meio Ambiente.

Quanto à posição estatal, os órgãos públicos classificam-se em independentes, autônomos, superiores e subalternos. Está, assim, dentro da categoria dos órgãos públicos independentes o que consta APENAS em

- (A) III e IV.
- (B) II e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) I e II.

36. Um servidor público sofreu punição disciplinar sem que tenha praticado qualquer falta funcional, ou seja, a autoridade responsável aplicou-lhe a penalidade por questões pessoais. Diante do vício de finalidade narrado, tal ato administrativo

- (A) deverá ser anulado, com efeitos *ex nunc*.
- (B) comporta revogação, com efeitos *ex tunc*.
- (C) admite convalidação, com efeitos retroativos.
- (D) comporta revogação, com efeitos *ex nunc*.
- (E) deverá ser anulado, com efeitos *ex tunc*.

Noções de Administração Pública

37. Considere que uma organização esteja aplicando avaliação de desempenho de seus colaboradores com base na metodologia Escolha Forçada, o que significa que

- (A) haverá um conjunto de frases para cada bloco de avaliação, devendo o avaliador escolher, obrigatoriamente, uma frase mais pertinente para cada avaliado.
- (B) o avaliador deverá indicar, para cada item avaliado, os aspectos especialmente positivos e negativos do avaliado, destacando os que são mais recorrentes.
- (C) os avaliados deverão escolher, entre seus pares, um representante para atuar em conjunto com avaliador independente, o qual ficará encarregado de mediar o processo avaliatório.
- (D) a avaliação deverá apontar, obrigatoriamente, os elegíveis para desligamentos e os elegíveis para promoções e posições de comando.
- (E) o processo será iniciado com uma autoavaliação de cada colaborador, na qual deverão, necessariamente, indicar seus pontos fortes e fracos a fim de orientar a atuação do avaliador.

38. Considere que o gestor de uma organização pautar sua atuação junto aos subordinados nos conceitos predicados por Fiedler em seu Modelo de Contingências, o que significa que referido gestor

- (A) entende que a liderança deve ser participativa, como forma de evitar o stress na execução das tarefas, sendo irrelevantes outras variáveis de caráter relacional.
- (B) levará em conta, para determinar o estilo de liderança mais eficaz, as variáveis: relações líder-liderados, estrutura da tarefa e poder de posição.
- (C) utilizará sua posição de poder para exercer uma liderança diretiva, neutralizando outras variáveis ligadas à denominada estrutura de iniciação.
- (D) entende que o estilo de liderança deve pautar-se, exclusivamente, pelo grau de maturidade apresentado pelos liderados.
- (E) irá adequar o estilo de liderança, precipuamente, às variáveis exógenas do ambiente em que se insere a organização.

39. De acordo com os conceitos apresentados por Skinner, um dos importantes estudiosos do fenômeno da motivação, conforme sua Teoria do Reforço,

- (A) o ser humano é naturalmente avesso ao trabalho e somente um sistema de reforço negativo a tal estado de inércia é capaz de condicioná-lo à realização das tarefas.
- (B) o atendimento das necessidades básicas do ser humano reforça positivamente sua motivação para, através do reforço negativo, neutralizar outras aspirações mais elevadas.
- (C) a combinação entre reforço positivo, representado por recompensas financeiras e sociais, e reforço negativo, consistente em punições e sanções, induz efetivamente a motivação.
- (D) apenas o reforço positivo, representando por um sistema de recompensas e premiações, é capaz de condicionar o comportamento humano.
- (E) o reforço negativo é capaz de fortalecer uma reação ou comportamento desejado ao remover algum tipo de estímulo aversivo, não sendo, portanto, punitivo.



40. Uma etapa fundamental para a gestão de pessoas em uma organização é a denominada análise de cargos, que corresponde
- (A) ao processo de realinhamento das funções, que se inicia a partir de um mapeamento dos objetivos estratégicos da organização.
 - (B) ao detalhamento do que o cargo exige do seu ocupante em termos de conhecimento, habilidades e capacidades para o adequado desempenho das atribuições do referido cargo.
 - (C) ao cotejo entre as atribuições formais do cargo e as tarefas efetivamente desempenhadas pelos seus ocupantes, detectando eventuais desvios e inadequações.
 - (D) à identificação das tarefas e responsabilidades próprias do cargo, considerando as responsabilidades, atribuições e competências conferidas à posição.
 - (E) à identificação das lacunas ou "gaps" de competências no âmbito da organização e que demandam treinamento e aprimoramento dos colaboradores.
41. Considere que uma organização que sempre adotou a metodologia PERT – *Program Evaluation and Review Technique* para uma gestão por projetos, cogite alterar esse referencial, passando a atuar com base no Método do Caminho Crítico – CPM. Se vier, de fato, a implementar essa mudança, deverá
- (A) construir uma matriz de riscos, nela incluindo os fatores internos e externos que podem influir na execução do projeto, e monitorar os denominados fatores críticos.
 - (B) controlar todas as atividades envolvidas na execução do projeto, pois tal metodologia sustenta que qualquer aspecto, ainda que secundário, compromete o cronograma do projeto.
 - (C) adotar média ponderada entre os possíveis cenários para execução do projeto, dentro de uma lógica probabilística que considere a gradação entre cenários otimistas e pessimistas.
 - (D) identificar e monitorar o conjunto de tarefas que devem ser realizadas numa sequência lógico-evolutiva e que não podem sofrer atrasos sob pena de comprometer o cronograma do projeto.
 - (E) abandonar a preocupação com cronograma, eis que o tempo de duração do projeto deixará de ser uma prioridade, e adotar medidas de controle de qualidade do produto ou serviço final.
42. Uma organização do tipo funcional possui como característica:
- (A) Critério de departamentalização verticalizado com as estruturas de administração no primeiro nível, de finanças no segundo e de comercialização no terceiro nível.
 - (B) Ênfase nas funções de coordenação e gestão, adotando critério de departamentalização flexível, sem atribuição de funções fixas para cada área, salvo a financeira.
 - (C) Apuração de resultados de forma centralizada dentro do sistema contábil para o conjunto da empresa.
 - (D) Existência dos denominados centros de resultado, dotados de ampla autonomia e que gerenciam as atividades de produção e comercialização.
 - (E) Apuração de lucros ou prejuízos por departamentos, cada qual considerado uma unidade de negócio.
43. W. Edwards Deming foi um dos expoentes nos estudos clássicos sobre qualidade e propôs um conjunto de princípios que orientam a busca pela qualidade total, entre os quais a importância de
- (A) eliminar a necessidade de inspeção em massa, introduzindo a qualidade no produto desde o seu primeiro estágio.
 - (B) considerar que a função do administrador não é liderar e sim supervisionar, de forma que cada um deve arcar com seus erros mediante descontos na remuneração.
 - (C) instituir metas e *slogans* que conduzam ao nível zero de falhas, engajando todos os empregados nesse objetivo.
 - (D) reduzir os custos dos insumos de produção através da troca constante dos fornecedores, evitando fidelização.
 - (E) dar preferência a um sistema de produção baseado em quotas e metas numéricas, aplicando o controle de qualidade apenas ao final do processo.
44. Determinado gestor, ao se debruar com a necessidade de equacionar um problema inédito, cuja resolução não foi possível com a utilização do acervo de soluções disponível na organização,
- (A) poderá esquivar-se de enfrentar a situação, mediante a adoção de uma decisão diretiva, que endereça o problema a outro setor da organização.
 - (B) terá como única alternativa a adoção de uma decisão consultiva, em que um consultor externo apresente a solução para o problema.
 - (C) deverá valer-se de uma decisão do tipo programada, que pode ser buscada em publicações científicas ou técnicas especializadas.
 - (D) precisará adotar uma decisão do tipo não-programada, que não é padronizada e, portanto, afigura-se apropriada para situações não recorrentes.
 - (E) certamente buscará uma decisão do tipo consensual, que corresponde àquela em que existe uma uniformidade de entendimento na doutrina.

**Noções de Direito do Trabalho**

45. Como uma das modalidades de trabalho fora das dependências do empregador, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o teletrabalho
- (A) implica na possibilidade de que a execução do trabalho pelos empregados se dê em diversos locais, razão pela qual devem ser adotadas para todos os empregados as previsões da convenção coletiva de trabalho ou do acordo coletivo de trabalho relativos à base territorial da sede da empresa.
 - (B) é modalidade de regime de trabalho que, uma vez pactuado, somente pode ser alterada para o trabalho presencial se decorrer de solicitação do empregado, com previsão em aditivo contratual assinado pelas partes.
 - (C) deve constar expressamente de contrato individual de trabalho, sendo permitida sua adoção para estagiários e aprendizes.
 - (D) é incompatível com o controle de jornada e, por isso, o empregado submetido a esse regime de trabalho não tem direito a horas extras.
 - (E) é descaracterizado se o empregado for convocado para a realização de atividades presenciais no estabelecimento do empregador, ainda que esporadicamente.
-
46. Com a ratificação pelo Brasil da Convenção nº 138 e da Convenção nº 182 da Organização Internacional do Trabalho, o sistema de proteção em relação ao trabalho do menor no País foi reforçado, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) prevê que:
- (A) É vedado o trabalho exercido nas ruas, praças e outros logradouros públicos, pois esse tipo de ocupação acarreta prejuízo à sua formação moral.
 - (B) As férias do menor de 18 anos não poderão ser fracionadas, devendo ser concedidas em um único período, e sempre coincidindo com as férias escolares.
 - (C) É vedado ao menor de 18 anos o trabalho em serviço que demande o emprego da força muscular superior a 25 quilos para o trabalho contínuo, ou 30 quilos para o trabalho ocasional.
 - (D) Quando o menor for empregado em mais de um estabelecimento, as horas de trabalho em cada um serão totalizadas.
 - (E) Verificado que o trabalho executado pelo menor é prejudicial à sua saúde, ao seu desenvolvimento físico ou à sua moralidade, a autoridade competente deverá notificar os pais ou responsáveis do menor para que adotem as providências cabíveis.
-
47. Como direito dos empregados, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) corresponde a 8% da remuneração mensal e sobre outras parcelas remuneratórias pagas pelo empregador. De acordo com o entendimento pacificado pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) através de súmulas e orientações jurisprudenciais, o FGTS
- (A) incide sobre aviso prévio indenizado.
 - (B) não incide sobre parcelas pagas ao empregado em virtude de prestação de serviços no exterior.
 - (C) incide sobre férias indenizadas.
 - (D) não incide sobre horas extras e adicionais, se estas forem eventuais.
 - (E) incide sobre prêmios e abonos.
-
48. Sobre o aviso prévio, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) tem entendimento sumulado no sentido de que
- (A) não cabe aviso prévio nas rescisões antecipadas dos contratos de experiência.
 - (B) na rescisão do contrato de trabalho em razão da cessação da atividade da empresa, fica excluído o direito do empregado ao aviso prévio.
 - (C) a candidatura a cargo de direção sindical de empregado dispensado que está cumprindo aviso prévio implica na consideração do aviso, prevalecendo a estabilidade no emprego desde o registro da candidatura e, se eleito, até um ano após o término do mandato.
 - (D) a contagem do prazo do aviso prévio, em razão da natureza do mesmo, deve ser feita incluindo o dia do começo e excluindo o do vencimento.
 - (E) a concessão de auxílio-doença no curso do aviso prévio faz com que os efeitos da dispensa somente se concretizem após expirado o benefício previdenciário.
-
49. A jornada extraordinária deve ser prestada apenas excepcionalmente e sua regularidade depende do cumprimento dos requisitos previstos em lei: existência de acordo de prorrogação de jornada, cumprimento de no máximo duas horas extras e pagamento das horas extras prestadas. Sobre o pagamento das horas extras, é entendimento sumulado do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que
- (A) o cálculo das horas extras habituais, para fins de reflexos em verbas trabalhistas, deverá levar em conta o número de horas efetivamente prestadas e o valor do salário-hora da data da prestação das horas extras.
 - (B) o adicional de horas extras do empregado comissionista será calculado sobre o valor-hora das comissões recebidas no mês, e utilizando como divisor o número de horas efetivamente trabalhadas.
 - (C) o adicional de horas extras dos empregados que cumprem jornada de 40 horas semanais será pago considerando o divisor 220 para o cálculo do salário-hora.
 - (D) o desrespeito à limitação legal da jornada suplementar a duas horas diárias faz com que as horas trabalhadas além das duas sejam pagas como indenização, ou seja, sem natureza salarial.
 - (E) são excluídos do cálculo das horas extras as gratificações legais e os adicionais de periculosidade e de insalubridade.



50. A Comissão de Conciliação Prévia tem composição paritária e, caso seja instituída no âmbito da empresa,
- (A) o mandato de seus membros, titulares e suplentes, será de 1 ano, não permitida recondução.
 - (B) terá na sua composição tantos membros suplentes quantos forem os respectivos titulares.
 - (C) será composta de, no mínimo, 4 e, no máximo, 12 membros.
 - (D) terá 1/3 dos seus membros indicado pelo empregador, 1/3 será eleito pelos empregados e 1/3 será nomeada pelo Ministério do Trabalho.
 - (E) deverá ter entre seus membros um indicado pelo sindicato representante dos empregados.
-
51. O 13^a salário, ou gratificação natalina, é um direito recebido com periodicidade anual, com valor equivalente à remuneração que o empregado receber em dezembro e que tem como condição de percepção ter o contrato de trabalho vigorado durante todo o ano. No entanto, excepcionalmente, admite-se seu recebimento de forma proporcional, calculado à base de 1/12 por mês de serviço, sendo que a fração igual ou superior a 15 dias será considerada como mês integral. Em razão de sua excepcionalidade, o décimo terceiro salário proporcional
- (A) é devido nas rescisões dos contratos de trabalho por prazo indeterminado, ainda que em decorrência da prática de justa causa.
 - (B) não é devido em caso de morte do empregado quando esse não tenha dependentes indicados perante a Previdência Social.
 - (C) não é devido na extinção dos contratos a prazo, incluídos os de safra.
 - (D) é devido na cessação da relação de emprego por aposentadoria.
 - (E) não é devido em caso de faltas ou ausências decorrentes de acidente de trabalho.
-
52. O direito ao recebimento do adicional de insalubridade é reconhecido a todos os empregados que exerçam suas atividades em condições de risco à saúde, sendo que, dos dispositivos legais aplicáveis e da interpretação sumulada pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), extrai-se que
- (A) o trabalho executado em condições insalubres, em caráter intermitente, afasta o direito ao recebimento do adicional respectivo.
 - (B) o empregador é obrigado a fornecer ao empregado equipamento de proteção individual (EPI) adequado ao risco a que o mesmo está submetido, e em perfeito estado de conservação e funcionamento, caracterizando justa causa a recusa injustificada do empregado em usar o equipamento de proteção individual (EPI) fornecido.
 - (C) constitui objeto ilícito de convenção coletiva ou de acordo coletivo de trabalho a negociação que trate de adicional de insalubridade.
 - (D) o fornecimento do equipamento de proteção exime o empregador do pagamento do adicional de insalubridade, podendo deixar de pagar o respectivo valor ao empregado sem que reste caracterizada violação a direito adquirido.
 - (E) a reclassificação ou a descaracterização da insalubridade por ato da autoridade competente não repercute no pagamento do adicional, sendo sua manutenção garantia de respeito ao direito adquirido e ao princípio da irredutibilidade salarial.

Noções de Direito Processual do Trabalho

53. Entre as finalidades dos embargos no Tribunal Superior do Trabalho (TST) está a unificação da interpretação jurisprudencial de suas Turmas, sendo os mesmos cabíveis em caso de decisões divergentes. De acordo com as previsões legais e o entendimento sumulado do TST sobre a divergência,
- (A) quando demonstrada a existência da mesma entre decisão de Turma do TST e Súmula Vinculante, admitem-se os embargos nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo.
 - (B) quando demonstrada a existência da mesma entre decisão de Turma do TST e Súmula Vinculante, admitem-se os embargos contra acórdão de julgamento de recurso de revista em fase de execução.
 - (C) os embargos não serão conhecidos se a decisão recorrida resolver determinado item do pedido por diversos fundamentos e a jurisprudência transcrita não abranger a todos.
 - (D) para a comprovação da mesma, e quando a parte pretende demonstrar o conflito de teses, basta indicar a data de publicação, em fonte oficial, de aresto paradigma, juntando cópia integral deste aos embargos.
 - (E) a mesma deve ser atual, não se considerando como tal a que tenha sido ultrapassada por súmula do Tribunal Superior do Trabalho ou do Supremo Tribunal Federal, ou superada por decisão em incidente de resolução de demandas repetitivas.
-
54. Os atos processuais devem observar uma ordem sequencial e devem ser praticados no prazo para que a entrega da prestação jurisdicional se dê em tempo razoável. Nesse sentido, no processo do trabalho, de acordo com as previsões legais aplicáveis e o entendimento sumulado do Tribunal Superior do Trabalho (TST),
- (A) o curso do prazo processual será suspenso entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, inclusive.
 - (B) ocorrendo a intimação da parte no sábado, a contagem do prazo se dará no primeiro dia útil subsequente.
 - (C) os prazos podem ser prorrogados apenas em virtude de força maior, devidamente comprovada.
 - (D) o recesso forense e as férias dos Ministros do Tribunal Superior do Trabalho interrompem os prazos recursais.
 - (E) os feriados são computados na contagem dos prazos.



55. Em relação à dinâmica (desenvolvimento) da audiência trabalhista devem ser considerados aspectos que envolvem a presença das partes e também a prática de atos no seu curso, entre os quais
- (A) apresentação da defesa e, em seguida, o juiz interrogará as partes e, se houver, as testemunhas presentes, além do perito judicial, sempre que houver questionamentos sobre a validade do laudo.
 - (B) terminada a instrução, as partes poderão apresentar oralmente suas razões finais, em 10 minutos para cada uma, após o que será renovada a proposta de conciliação.
 - (C) apresentação de defesa escrita, após o que será realizada a primeira tentativa de conciliação.
 - (D) ratificação pelo reclamado dos termos da defesa escrita protocolada pelo sistema de processo judicial eletrônico até 24 horas antes da audiência, após o que será realizada a primeira tentativa de conciliação.
 - (E) concessão de vistas ao reclamante dos termos da defesa, após o que será realizada a primeira tentativa de conciliação.
56. No procedimento sumário, a ser adotado nos dissídios individuais cujo valor não exceda a 40 vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação,
- (A) podem ser ouvidas duas testemunhas para cada um dos fatos alegados, desde que tenham comparecido à audiência, independentemente de intimação.
 - (B) a Administração Pública direta, autárquica e fundacional não terá o privilégio do prazo em dobro para recorrer.
 - (C) somente é cabível recurso de revista por violação direta da Constituição Federal.
 - (D) todos os incidentes e exceções que possam interferir no prosseguimento do processo serão decididos pelo juiz no prazo de 24 horas após sua ocorrência.
 - (E) não é possível a realização da citação do reclamado por edital, sendo necessário que o reclamante indique corretamente o nome e o endereço do reclamado.
57. Em razão da previsão legal do *jus postulandi* a representação por advogado no processo do trabalho é faculdade das partes, sendo que, de acordo com o entendimento sumulado do Tribunal Superior do Trabalho (TST),
- (A) substabelecimento anterior à outorga passada ao substabelecido pode ser validado mediante a apresentação, no prazo de cinco dias, do instrumento de procuração e uma declaração de autenticidade do mesmo, firmada pelo substabelecido.
 - (B) é inadmissível mandato tácito para a interposição de recurso.
 - (C) não é válido o instrumento de mandato com prazo determinado que contém previsão de poderes para atuação do advogado até o final do processo.
 - (D) ainda que não haja no mandato poderes expressos para substabelecer, serão válidos os atos praticados pelo substabelecido.
 - (E) é necessária a juntada de instrumento de mandato e de comprovação do ato de nomeação dos procuradores que representam em juízo, ativa e passivamente, a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal.
58. Os embargos à execução são o principal meio de defesa do devedor na execução e, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), sua apresentação
- (A) deve ser feita em peça apartada, diferente da peça apresentada pelo executado para impugnação à sentença de liquidação.
 - (B) deve abranger alegações meramente jurídicas, não sendo admitida discussão fática, tendo em vista que não há, na fase de execução, produção probatória.
 - (C) deve ser feita no prazo de 10 dias, contados da garantia do juízo, não importando, para efeito de contagem, a data da juntada do mandado de penhora.
 - (D) depende de garantia do juízo, inclusive se a executada for entidade filantrópica.
 - (E) deve ser feita no prazo de 5 dias, contados da garantia do juízo, e deve conter alegações de cumprimento da decisão ou do acordo, quitação ou prescrição da dívida.
59. Sobre a arrematação, como ato que implica a transferência coercitiva dos bens penhorados do devedor para um terceiro, pessoa física ou jurídica denominada de arrematante, a legislação prevê que:
- (A) A mesma será feita em dia e hora anunciados por edital, afixado na sede do juízo e publicado em jornal de grande circulação, com antecedência de 15 dias.
 - (B) Não tendo o arrematante, e nem seu fiador, pago o preço da arrematação no prazo de 48 horas, perderá, em benefício da execução, o sinal que havia dado, voltando à praça os bens penhorados.
 - (C) O lance deve ser garantido pelo arrematante com sinal correspondente a 20% do seu valor, sendo que, se este, ou seu fiador, não pagar dentro de 24 horas o preço da arrematação, o sinal dado será perdido em benefício da execução.
 - (D) O arrematante deverá garantir o lance com o sinal correspondente a 30% do seu valor.
 - (E) Não havendo licitante, e não requerendo o exequente a adjudicação dos bens penhorados, a hasta pública será cancelada.
60. Inserem-se na competência material da Justiça do Trabalho as ações
- (A) ajuizadas contra o empregador, nas quais se pretenda o reconhecimento de verbas de natureza trabalhista e os reflexos nas respectivas contribuições para a entidade de previdência privada a ele vinculada.
 - (B) nas quais se discuta abusividade de greve de servidores públicos celetistas da Administração Pública direta, autárquicas e fundações públicas.
 - (C) envolvendo relação jurídica entre caminhoneiros autônomos e empresas transportadoras de carga.
 - (D) nas quais se discuta repasse de contribuição sindical de servidores públicos regidos pelo regime estatutário.
 - (E) envolvendo relação jurídica entre representante e representada comerciais.



DISCURSIVA-REDAÇÃO

Instruções Gerais: Conforme Edital publicado [...] Capítulo 10. [...] 10.3 Na **Prova Discursiva-Redação**, o candidato deverá desenvolver texto dissertativo-argumentativo a partir de proposta única, sobre assunto de interesse geral não atrelado necessariamente ao Conteúdo Programático de Conhecimentos Específicos referido no presente Edital. 10.3.1 A **Prova Discursiva-Redação** tem o objetivo de avaliar a proficiência em Língua Portuguesa em sua modalidade escrita, considerando a capacidade de compreender e expor argumentos com clareza, concisão, precisão, coerência e objetividade a respeito do tema e com base nos textos de apoio propostos, avaliando inclusive a correção gramatical, segundo os critérios definidos nos itens 10.4 a 10.9 do referido Edital. 10.4 Considerando que o texto constitui uma unidade, os itens discriminados a seguir serão avaliados em estreita correlação, do que não decorre proporcionalidade na atribuição dos pontos para cada um deles: 10.4.1 **Conteúdo – até 4 (quatro) pontos:** a) perspectiva adotada no tratamento do tema; b) capacidade de análise e senso crítico em relação ao tema proposto; c) consistência dos argumentos, clareza e coerência no seu encadeamento. 10.4.2 **Estrutura – até 3 (três) pontos:** a) respeito ao gênero solicitado; b) progressão textual e encadeamento de ideias; c) articulação de frases e parágrafos (coesão textual). 10.4.2.1 A nota será prejudicada, proporcionalmente, caso ocorra, quanto ao Conteúdo, abordagem tangencial, parcial ou diluída em meio a divagações e/ou colagem de textos e de questões apresentados na prova. 10.4.3 **Expressão – até 3 (três) pontos:** A avaliação da expressão não será feita de modo estanque ou mecânico, mas sim de acordo com sua estreita correlação com os demais critérios, considerando-se: a) desempenho linguístico de acordo com o nível de conhecimento exigido para o Cargo/Área/Especialidade; b) adequação do nível de linguagem adotado à produção proposta e coerência no uso; c) domínio da norma culta formal, com atenção aos seguintes itens: estrutura sintática de orações e períodos; propriedade vocabular; concordância verbal e nominal; pontuação; regência verbal e nominal; emprego de pronomes: flexão verbal e nominal; uso de tempos e modos verbais; grafia e acentuação. 10.5 Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na **Prova Discursiva-Redação** a que se refere este Capítulo, deverão os candidatos valer-se das normas ortográficas em vigor, implementadas pelo Decreto Presidencial nº 6.583, de 29 de setembro de 2008, e alterado pelo Decreto Federal nº 7.875, de 27 de dezembro de 2012, que estabeleceu o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 10.6 Será atribuída nota **ZERO** à **Prova Discursiva-Redação** que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) não atender aos critérios dispostos no item 10.4 deste Capítulo. c) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; d) for assinada fora do local apropriado; e) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; f) estiver em branco; g) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; h) não atender aos requisitos definidos na grade correção/máscara de critérios pela Banca Examinadora. 10.7 Na **Prova Discursiva-Redação**, a folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora. 10.8 Na **Prova Discursiva-Redação**, deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de **20 (vinte) linhas** e máximo de **30 (trinta) linhas**, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 10.9 A **Prova Discursiva-Redação** terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez). 10.9.1 Para os candidatos que concorrerem às vagas de ampla concorrência e/ou vagas para deficientes considerar-se-á habilitado o candidato que tiver obtido **nota igual ou superior a 6,00 (seis)**. 10.9.2 Para os candidatos autodeclarados pretos ou pardos, de acordo com a Resolução nº 516/2023 do CNJ, considerar-se-á habilitado o candidato que tiver obtido nota 20% inferior à nota mínima estabelecida para aprovação dos candidatos da ampla concorrência, conforme item 10.9.1 do Edital. 10.9.2.1 Restará habilitado o candidato preto ou pardo que **obtiver nota igual ou superior a 4,80 (quatro vírgula oitenta)**.

Quando nos empolgamos demais com a quantidade e com a velocidade das informações multiplicadas pelos meios digitais, arriscamo-nos a perder os critérios que nos permitiriam distinguir as falsas das verdadeiras.

Redija um texto dissertativo-argumentativo no qual você exponha seu ponto de vista a respeito da afirmação acima.

01
02
03
04
05
06
07
08
09
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19

RASCUNHO



20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

R A S C U N H O

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO